

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 14 de março de 2019 às 08h05
Seleção de Notícias

O Globo | BR

Pirataria

País perde R\$ 193,1 bi com contrabando de mercadorias	3
---	----------

ECONOMIA

IstoÉ Dinheiro Online | BR

13 de março de 2019 | Direitos Autorais

Nova lei européia de direitos autorais causa polêmica e pode proibir memes	5
---	----------

GERAL | DA REDAÇÃO

A Tribuna | ES

13 de março de 2019 | Marco regulatório | Anvisa

Receita destrói 499 mil maços de cigarros ilegais	6
--	----------

ECONOMIA | DÉBORA PEDROZA | KAYQUE FABIANO

13 de março de 2019 | Marco regulatório | Anvisa

Fumo pirata não passa por inspeção e causa prejuízo	7
--	----------

ECONOMIA

O Paraná | PR

13 de março de 2019 | Marco regulatório | INPI

Paraná pode ter níveis de Primeiro Mundo em tecnologia e inovação	8
--	----------

13 de março de 2019 | Marco regulatório | Anvisa

Conheça as 90 marcas irregulares de cigarros no Brasil	10
---	-----------

País perde R\$ 193,1 bi com contrabando de mercadorias

ECONOMIA



Prejuízo aumentou 32% em relação ao ano anterior, resultado do aumento de **pirataria**, fraudes e **falsificações** em setores como vestuário, defensivos agrícolas e cigarros

BRUNO ROSA

O Brasil perdeu R\$ 193,1 bilhões no ano passado com o contrabando de mercadorias. Esse número é 32% superior às perdas de 2017, que foram de R\$ 146 bilhões. Foi o maior crescimento anual desde 2014, primeiro ano em que o estudo, feito pelo Fórum Nacional Contra a **Pirataria** (FNCP), foi publicado. O estudo será divulgado hoje.

De acordo com Edson Vismona, presidente do FNCP, o aumento do contrabando está ligado ao avanço do volume da **pirataria**, de fraudes e de **falsificação**, principalmente, em setores como o de vestuário, defensivos agrícolas, cigarros, cosméticos e materiais esportivos: - O aumento da atividade ilegal nesses setores é reflexo da crise econômica, já que caiu o poder

aquisitivo do consumidor.

CRIME ORGANIZADO E MILÍCIAS

Do total de R\$ 193,1 bilhões perdidos no ano passado, R\$ 132,3 bilhões se referem às perdas produtivas do setor, que deixam de vender seus produtos. Outros R\$ 60,8 bilhões são referentes ao montante que o poder público deixa de arrecadar com impostos.

- Todos perdem. A indústria deixa de vender e reduz seus investimentos. O governo arrecada menos com impostos. O consumidor compra produtos falsificados que podem ter uma qualidade duvidosa. Ganham apenas o crime organizado e as milícias que financiam o comércio ilegal - explica Vismona.

Segundo Paulo Parente Marques Mendes, sócio do escritório Di Blasi, Parente & Associados, o Brasil deixou de ser um importador de **pirataria** e está cada vez mais produzindo produtos falsificados. Ele resalta que a crise econômica vem aumentando o número de pessoas que estão indo para a informalidade.

- E, com isso, aumenta a venda de produtos falsificados ou fruto de contrabando ou descaminho. O país e a sociedade perdem em geração de empregos formais e recolhimento de impostos.

Felipe Barreto Veiga, sócio do BVA Advogados, lembra ainda que o avanço das vendas pela internet ajuda a impulsionar o mercado ilegal. Para ele, o consumidor, atrás do computador, deixa de ter o estigma de comprar um **produto pirata** em um reduto de co-

Continuação: País perde R\$ 193,1 bi com contrabando de mercadorias

mércio ilegal:

- Mesmo com o esforço de algumas grandes empresas de internet, que usam o marketplace (venda de outras marcas) em diminuir o volume de vendas de produtos piratas em suas plataformas, existem sites dedicados ao comércio de produtos de origem duvidosa.

Nova lei europeia de direitos autorais causa polêmica e pode proibir memes

GERAL



*Com a nova lei, sites cujo conteúdo é feito pelos usuários devem estar 100% atentos a infrações de **direitos autorais**, criando algoritmos que podem apagar memes por este motivo*

Considerada ultrapassada, a lei de **direitos autorais** da União Europeia está passando por uma reformulação total, porém há um ponto no texto que está causando polêmica e pode mudar o panorama da **internet** na Europa. De acordo com o artigo 13 da proposta "os prestadores de serviços da sociedade da informação que armazenam e facultam ao público acesso a grandes quantidades de obras ou outro material protegido carregados pelos seus utilizadores devem, em cooperação com os titulares de direitos, adotar medidas que assegurem o funcionamento dos acordos celebrados como titulares de direitos relativos à utilização das suas obras".

Em resumo, o trecho prevê que sites cujos conteúdos são feitos pelos seus usuários tem o dever de cumprir com as leis de **direito autoral** e evitar que eles sejam postados. A grande crítica é que esse mecanismo faria com que a **internet** se tornasse uma televisão interativa com um pequeno número de grupos tendo o controle de grande parte do conteúdo da rede.

Defensores da medida afirmam que a solução para isso seria a adoção de filtros que identificariam conteúdos que podem ou não serem postados. O problema é que os algoritmos ainda tem problema

para identificar com clareza nuances, como pro exemplo a fórmula do Facebook - usada principalmente no Instagram - para identificar (e eventualmente apagar) conteúdos com nudez, que não consegue entender a nudez artísticas de conteúdo pornográfico.

No caso da nova lei, a identificação iria além das fotos, e teria que entender problemas de **direitos autorais** em textos, vídeos, programas de computador, tendo que interpretar também sátiras, críticas ou citações.

O caso dos memes

Baseados quase 100% em referências (ou mesmo autorreferências), os memes estariam na mira da nova lei. Porém Axel Voss, um dos propositores da lei, disse que este tipo de manifestação está protegida, e que apenas companhias com fins lucrativos seriam afetadas. Porém com a necessidade de sites com conteúdo produzidos por usuários de monitorar a todo momento possíveis violações de **direitos autorais**, os algoritmos podem não se comportar da maneira adequada, e apagar conteúdos que apenas parodiem outros protegidos por lei



FABRÍCIO BETTO e Leonardo Onofre em meio aos maços que foram destruídos. Delegado alertou que metade dos cigarros consumidos no País é ilegal

Receita destrói 499 mil maços de cigarros ilegais

Produtos trazidos do Paraguai pesavam 15 toneladas, valiam R\$ 2 milhões e foram apreendidos pela PRF em Marechal Floriano

**Débora Pedroza
Kayque Fabiano**

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) apreendeu uma carga com 499 mil maços de cigarros da marca paraguaia Gift, avaliada em R\$ 2 milhões, que entrou no País de forma irregular. Ela foi destruída na manhã de ontem, em Jabaeté, Vila Velha.

A operação foi resultado de um trabalho conjunto da PRF e Receita Federal, no dia 9 de janeiro, quando uma carreta bitrem que transportava cerca de 15 toneladas do produto ilícito foi detida na BR-

262 em Marechal Floriano, região serrana do Espírito Santo.

Segundo o delegado da Receita Federal Fabrício Betto, a mercadoria estrangeira contrabandeada — que só tem permissão de ser comercializada no Paraguai — entrou no País sem a comprovação regular de importação.

Além disso, a marca não passou por inspeção da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Os cigarros foram destruídos com o uso de tratores e, depois, molhados com um carro-pipa. Por fim, foram enterrados, em operação que contou também com o policial rodoviário Leonardo Onofre.

O delegado contou que a carreta com placa BAT3360, que transportava a carga, saiu de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, e tinha como destino Vitória, onde seria entregue para venda.

“O veículo despertou a atenção da PRF por estar com placas diferentes. Ou seja, em um posto a pla-

ca era uma, e em dois postos à frente já era outra. Outro detalhe foi que a carreta estava suja, enquanto as placas não estavam. Com isso, fomos monitorando o transporte até acontecer a apreensão”, detalhou.

Caso fosse vendida, a carga traria prejuízo de R\$ 6 milhões aos cofres públicos, segundo o delegado. Isso porque, apesar de os produtos valerem R\$ 2 milhões, o valor de revenda de um maço de cigarro original — que deixa de ser vendido por quem adquire o ilegal — é mais alto, levando o poder público a perder arrecadação de impostos.

Na destruição foram gastos cerca de R\$ 8 mil. A carreta apreendida será incorporada pela PRF, que vai utilizá-la para treinar policiais a conduzir esse tipo de veículo.

O delegado alertou que metade dos cigarros consumidos no País é fruto de contrabando. “Temos informações do veículo, do motorista e seguimos com as investigações para descobrir quem está por trás disso.”

SAIBA MAIS

Contrabando

- A PRF apreendeu no início do ano uma carga com 499 mil maços de cigarro da marca paraguaia Gift. Ao todo, o valor da carga soma mais de R\$ 2 milhões em cigarros.
- A CARGA foi destruída na manhã de ontem, em Vila Velha.
- O CAMINHÃO contendo os cigarros vinha do Mato Grosso do Sul e tinha como destino Vitória. Ele foi interceptado em Marechal Floriano.

Danos para a saúde

- ALÉM DE prejuízos para a arrecadação de impostos para o Estado, os cigarros contrabandeados causam mais danos para a saúde do que os originais. Todo cigarro faz mal e mata, mas os ilegais costumam conter restos de insetos e pelos de animais.

Fonte: PRF e especialistas consultados.

Fumo pirata não passa por inspeção e causa prejuízo

O contrabando de cigarros piratas traz consequências significativas para a economia. Segundo o presidente da Federação do Comércio do Espírito Santo (Fecomércio), José Lino Sepulcri, o Estado deixa de arrecadar milhões por ano.

“É um produto que, em sua maioria, é vendido por ambulantes. Ele é pago à vista e possui um preço inferior em comparação aos cigarros regularizados. Além disso, o governo deixa de arrecadar com os impostos incidentes sobre o produto”, disse.

Sepulcri ressaltou ainda que o cigarro pirata, além de trazer impactos financeiros aos governos, também prejudica muito mais a saúde de quem o consome.

“É uma prática que existe em larga escala e que, muito além do problema financeiro, atinge a saúde dos consumidores. Não há nenhum controle sobre o que é misturado ao fumo do produto”, disse ele.

O professor de Química e pesquisador na área de narcóticos Renan Mazioli concorda com Sepulcri e disse que os cigarros contrabandeados fazem até 10 vezes mais mal do que os regulamentados pela Anvisa.

“Para baratear os custos, são misturados todo tipo de material que você possa imaginar, desde restos de insetos, pelos de animais, fungos e restos mortais de outros seres vivos. Tudo isso sem contar metais pesados, como chumbo, manganês, níquel, entre outros. Por isso ele faz tão mal”, disse o professor.

THIAGO ODUTINHO – 15/03/2017



SEPULCRI: arrecadação de imposto

Paraná pode ter níveis de Primeiro Mundo em tecnologia e inovação

O novo diretor-presidente do instituto é Fabio Cammarota, é professor de Gestão Pública e Organização do Estado na Fundação Dom Cabral

O governador Carlos Massa Ratinho Junior afirmou nesta quarta-feira (13) que o Paraná tem potencial e capacidade para alcançar níveis de qualidade de primeiro mundo em tecnologia e inovação, tanto na esfera pública como na econômica. "Só precisamos trabalhar juntos para modernizar o Estado e conseguir acompanhar essa nova fase pela qual passa o mundo, em que a maneira de se relacionar, conviver e consumir tecnologia mudou", disse.

Ele fez essa afirmação na solenidade em que deu posse à nova diretoria do Tecpar (Instituto de Tecnologia do Paraná). O novo diretor-presidente é Fabio Cammarota, professor de Gestão Pública e Organização do Estado na Fundação Dom Cabral.

O Tecpar, ressaltou Ratinho Junior, a exemplo de Copel, Sanepar e Celear, tem papel fundamental no fomento à inovação e soluções tecnológicas. "O Tecpar tem a responsabilidade de pensar na saúde, em como avançar nas pesquisas científicas e nos ajudar a pensar a modernização do Paraná. Nossa ideia é fazer com que o instituto continue sendo essa referência que já é para o Brasil, e avance ainda mais e possa ampliar parcerias também com a área privada", acrescentou.

Ratinho Junior afirmou que o Governo do Estado vai estimular a participação de institutos de pesquisa como o Tecpar e das universidades estaduais na atividade econômica do Estado, assim como ocorre nos Estados Unidos. Ele lembrou sua recente viagem ao Vale do Silício, na Califórnia, onde está demonstrado como essa parceria entre a academia e setor privado gera resultados positivos.

ESTRUTURA - A nova diretoria do Tecpar, que tem mandato até janeiro de 2021, foi eleita pelo Conselho

de Administração da empresa no início deste ano. O novo diretor-presidente, Fabio Cammarota, afirmou que um dos principais desafios à frente da instituição científica e tecnológica é organizar a estrutura do local.

"Queremos deixá-la mais produtiva e eficiente, sempre alinhada ao modelo de gestão do Governo do Estado, que é fazer mais com menos, e o melhor com o que temos", disse Cammarota, que tem experiência de mais de 25 anos na área de gestão pública.

Na Diretoria Comercial tomou posse Danielle Portela, primeira mulher a ocupar essa posição no Tecpar. Ela é formada em Direito e tem experiência como diretora nas áreas comercial e jurídica de empresa de consultoria e como consultora de análise de processos na área de tecnologia da informação para diversas instituições.

O diretor de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação é Rafael Rodrigues, que tem formação em Engenharia Industrial Elétrica e experiência como engenheiro na Copel. O já diretor de Administração e Finanças é Arnaldo Rogerio da Fonseca, que tem formação acadêmica em Ciências Contábeis e experiência como Analista Contábil no Tecpar, desde 1994.

VISITA - Depois de cerimônia de posse, o governador visitou a Incubadora Tecnológica do Tecpar (Intec), primeira incubadora de base tecnológica do Paraná. A Intec já deu suporte tecnológico a mais de 100 negócios ao longo de sua história.

HISTÓRIA - Fundando em 1940, o Tecpar tem como foco de negócios a saúde pública, o desenvolvimento tecnológico e o empreendedorismo inovador. Possui o Parque Tecnológico da Saúde, que engloba os campi da CIC e Araucária, com foco em atrair empresas da área da saúde; e o Parque Tecnológico do Norte

Continuação: Paraná pode ter níveis de Primeiro Mundo em tecnologia e inovação

Pioneiro, em Jacarezinho, para apoiar negócios inovadores em agrotech.

O Instituto é um laboratório público oficial, fornecedor de produtos voltados à saúde humana e animal ao Ministério da Saúde. Produz a vacina antirrábica há mais de 40 anos para as campanhas de vacinação do Governo federal e, em 2018, obteve do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**Inpi**) a concessão da patente do processo produtivo da vacina antirrábica veterinária.

PRESENÇAS - Participaram da solenidade o vice-governador do Paraná, Darci Piana; o reitor da

Unicentro e presidente do Conselho de Administração do Tecpar, Aldo Nelson Bona; o diretor-geral e secretário em exercício da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Luiz Cezar Kawano; o chefe da Casa Civil, Guto Silva; o controlador-geral do Estado, Raul Siqueira; o diretor de Investimentos da Sanepar, Joel Macedo; o diretor-presidente da Adapar, Otamir Cesar Martins; o diretor-presidente da Agência Paraná de Desenvolvimento, José Eduardo Bekin; o diretor-presidente da Copel Comercialização, Franklin Kelly Miguel; e o presidente do BRDE, Wilson Bley Lipski.

Conheça as 90 marcas irregulares de cigarros no Brasil

Comercializados com valores abaixo dos estipulados pela Lei do preço mínimo (R\$ 5,00) estes produtos ilegais trazem grave problema à sociedade tornando mais atrativos para crianças e adolescentes

O aumento do contrabando e do mercado ilegal - que no caso do cigarro já alcançou 54% do mercado total de acordo de acordo com o Ibope - continuam trazendo problemas graves para o país. Um deles foi apontado no alerta sanitário que a **ANVISA** divulgou nesta terça-feira (12/3). Na lista da Agência constam 90 marcas de cigarro comercializadas de forma irregular no país, o que representa um grave problema para a sociedade, já que têm preço mais baixo dos que os regularizados e consequentemente são mais acessíveis para crianças e adolescentes.

Confira abaixo a lista divulgada no alerta sanitário das Marcas de cigarro comercializadas SEM REGISTRO*:

Cigarros ilegais

O aumento dos impostos e dos preços do cigarro, como ação efetiva para a redução do tabagismo, está previsto no artigo 6º da Convenção-Quadro da OMS para Controle do Tabaco (CQCT), adotada pelos países-membros da Organização Mundial da Saúde (OMS), da qual o Brasil é signatário. Entretanto, o mercado ilegal de cigarros tende a minar os efeitos dessa política, ao colocar no mercado cigarros com preços abaixo do preço mínimo estabelecido pela Secretaria da Receita Federal (SRF).

O ETCO (Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial) reitera a importância da divulgação do alerta da **ANVISA** e apoia ações que também possam contar com outras entidades e órgãos como a Polícia Federal, Receita Federal e polícias do Estado, por exemplo.

"É importante que alertas como esse sejam divulgados e se tornem públicos para que os comerciantes e a sociedade estejam bem informados quanto a legislação e as consequências que a cobrança indevida traz ao próprio varejista e até ao consumidor. ", diz Edson Vismona, presidente do ETCO. "Promovemos campanhas de conscientização e educação para donos de mercados, padarias e bares sobre as consequências de vender cigarros com valor diferente do preço tabelado. É muito importante que consumidor e varejista também façam a sua parte denunciando essas marcas a **ANVISA** no número 0800 642 9782 ou pela Ouvidoria da entidade" relembra.

Vismona acredita que para serem alcançados resultados ainda melhores é fundamental que sejam tomadas algumas medidas efetivas para frear o crescimento do contrabando e do mercado ilegal. "Criar um sistema integrado de órgãos e entidades de inteligência para mapear possíveis rotas de escoamento desses produtos, instituir a cooperação entre órgãos de fiscalização e de repressão, investir em equipamentos, tecnologia e efetivo são medidas necessárias para combater esse crime que tomou proporções alarmantes no país" conclui.

MARCAS ILEGAIS

Para identificar se a marca está registrada na **Anvisa**, basta consultar, na página da Agência, uma lista com os produtos irregulares. Essa lista, atualizada mensalmente, apresenta os produtos registrados e que podem ser comercializados de forma regular no Brasil.

Caso o produto esteja especificado na tabela acima, ele não possui registro, o que impede sua comercialização e sua importação.

No caso do estabelecimento que comercializar algumas das marcas de cigarros ilegais as punições po-

Continuação: Conheça as 90 marcas irregulares de cigarros no Brasil

dem ir de uma multa de até R\$ 1,5 milhão, apreensão dos produtos, interdição do estabelecimento e detenção de 1 a 3 anos por conta de crime contra a saúde pública (previsto no Código Penal).

Em caso de denúncias às marcas que não constam na

lista referida nem na tabela acima, o consumidor pode procurar a **ANVISA** no número 0800 642 9782 ou pela Ouvidoria da **Anvisa** no seguinte link: <http://www10.anvisa.gov.br/ouvidoria/CadastroProcedimentoInternetACT.do?metodo=inicio>)

Índice remissivo de assuntos

Pirataria

3

Direitos Autorais

5

Marco regulatório | Anvisa

6, 7, 10

Marco regulatório | INPI

8